

Sindjus-DF se reúne com Diretor-geral do CNJ para tratar do Fórum Permanente de Carreira e discutir a pauta da categoria

O Sindjus-DF se reuniu com o Diretor-geral do CNJ, Jhoness Eck, e a assessora da Diretoria-geral, Andrea Sobral de Barros, para tratar do Fórum Permanente de Carreira e das diversas demandas gerais e específicas da categoria. Participaram da reunião os diretores Costa Neto, Coordenador-geral do Sindjus-DF e da Fenajufe, e Roniel Andrade, Coordenador Jurídico do Sindjus-DF, de Comunicação da Fenajufe e Presidente da Agepoljus.

Na oportunidade, o Diretor-geral do CNJ esclareceu aos dirigentes que a Comissão e as regras estabelecidas foram gestadas de modo a contemplar a representação das regiões e haver uma maior participação das entidades. Informou que recebeu os plantonistas da Fenajufe, em reunião realizada na quinta-feira (30/7), e relatou as tratativas que foram empreendidas.

Costa Neto e Roniel Andrade fizeram uma retrospectiva de todo o trabalho desenvolvido pelo Sindjus-DF e das diversas reuniões realizadas com o presidente do CNJ e do STF, Dias Tofolli, e com o Diretor-geral do STF, Eduardo Toledo, para a instalação da Comissão Permanente de Carreira. Informaram também sobre o histórico da Comissão de Carreira anterior, instalada no STF, seu escopo e deliberações, destacando que a categoria espera do Fórum Permanente a ser instalado a discussão dos diversos temas que são relevantes e ainda não foram objeto de debate e deliberação na Comissão anterior. Nesse sentido, defenderam o encaminhamento dos pontos que já foram amplamente discutidos e aprovados diretamente aos órgãos responsáveis para sua efetivação, sem rediscussão ou retrabalho, entre eles o Nível Superior para Técnicos.



Temas tratados na reunião

Em uma reunião longa e bastante proveitosa, os dirigentes trataram de diversos temas gerais e específicos de suma importância para a categoria, dentre eles a instalação do Fórum, um novo plano de cargos e salários (recomposição salarial), melhorias na carreira, direito de advogar, NS para Técnicos, Polícia Institucional do Poder Judiciário e Reenquadramento dos Auxiliares.

Por fim, os dirigentes agradeceram o pronto atendimento à solicitação de reunião e a disponibilidade para estabelecer um espaço permanente de diálogo e interlocução com o Sindjus-DF, objetivando tratar dos diversos temas de interesse da nossa categoria.

Fórum Permanente de Carreira – constante reivindicação da categoria

Atendendo a uma antiga reivindicação da categoria e a diversas solicitações do Sindjus-DF para que a Comissão fosse instalada, o CNJ publicou na sexta-feira (31/7), a portaria Nº 119, de 29 de julho, instituindo a comissão do Fórum Permanente de Carreira. O Sindicato havia solicitado essa demanda ao próprio presidente do CNJ e do STF, ministro Dias Toffoli, e ao diretor-geral do Supremo, Eduardo Toledo, salientando por meio de documento e de diversas audiências a importância de se criar um canal oficial permanente, democrático e plural de discussão da carreira dos servidores do Poder Judiciário (vide histórico ao final da matéria).

O Fórum será formado por representantes do STF, CNJ, STJ, TST, TSE, STM, TJDFT (um representante de cada órgão) e seis representantes da Fenajufe.

É, sem dúvida alguma, uma grande oportunidade de se discutir a recomposição salarial, a atualização da nossa carreira, bem como a saúde e valorização dos servidores, além de melhores condições de trabalho. O Sindjus-DF reconhece a atuação propositiva do CNJ e de respeito à categoria ao acatar esse pleito, que ocupou lugar de destaque na pauta do Sindicato desde que a Comissão Interdisciplinar de Carreira do Supremo encerrou seus trabalhos no início de 2017.

Muitas são as demandas que se encontram represadas e que precisam ser levadas ao Fórum para discussão e encaminhamento, razão pela qual o Sindjus-DF defende que as questões aprovadas na Comissão anterior sejam encaminhadas com a devida celeridade e que a nova Comissão discuta temas pertinentes que ainda se encontram pendentes, tais como: plano de cargos e salários, elevação substancial dos percentuais de AQ, direito de advogar, GAS na aposentadoria, cargo próprio de Oficial de Justiça, reenquadramento dos auxiliares, saúde do servidor, teletrabalho, planos de saúde de autogestão, etc, pois o momento é propício para fazer uma discussão mais elevada e aprofundada do formato de carreira que atenda aos interesses da categoria. O Sindjus-DF se compromete a adotar no Fórum

um posicionamento firme em defesa das demandas gerais e também das específicas dos diversos segmentos que compõem a nossa carreira (analistas, oficiais de justiça, técnicos, agentes de segurança e auxiliares).

O Sindjus-DF batalhou muito para que essa comissão fosse criada e vai continuar batalhando para que a categoria esteja devidamente representada. Afinal, é o futuro de todos nós que está em jogo.

Luta do Sindjus-DF pela criação da Comissão Permanente de Carreira

No dia 16/10/2017, ainda na gestão da ministra Carmen Lúcia no STF, coordenadores do Sindjus-DF se reuniram com o DG do STF, Eduardo Toledo, momento em que fizeram a defesa da instalação da Comissão Permanente de Carreira. O diretor-geral informou que estava em estudo a criação de um Fórum permanente para aprofundar o debate sobre a nossa carreira. Cobrado sobre a reunião dos DG's para analisar o relatório e encaminhar as deliberações da comissão que se encerrou, esclareceu que aguardava decisão acerca da criação da comissão permanente, para, somente após, chamar a reunião do fórum de Diretores Gerais.

No dia 28/08/2018, o Sindjus-DF e Fenajufe se reuniram com o assessor da vice-presidência do STF, Sérgio Braune, quando foi solicitado a instalação de Comissão Interdisciplinar urgente para elaborar nova proposta salarial para a categoria e assegurar igualdade de tratamento com juízes. Sérgio Braune destacou que a busca do diálogo faz parte do perfil do ministro Toffoli, mas que qualquer encaminhamento mais efetivo em torno da pauta e demandas apresentadas seriam tratadas em nova conversa após a posse.

Em 22/5/2019, o Sindjus-DF, juntamente com Associações dos tribunais e do MPU, se reuniu com o presidente do STF Dias Toffoli, ocasião em que o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, solicitou ao presidente especial atenção com relação à instalação da Comissão Permanente Interdisciplinar de Carreira e outras demandas. O ministro Dias Toffoli esclareceu que a análise dessas questões estava em andamento e posteriormente trataria sobre os assuntos.

No dia 20/11/2019, o Sindjus-DF se reuniu, juntamente com o Sinpojufes, Sinjufego e Anatecjus, com o Diretor-geral do STF, Eduardo Toledo. Na pauta, além de outros temas, a criação do "Fórum Permanente de Carreira", com formato paritário na participação por integrantes das Justiças da União, do Supremo e das entidades sindicais. O DG afirmou que se empenharia pela criação do Fórum ainda no ano de 2019, mas defendeu que fosse deslocada para o CNJ.

No dia 29/11/2019, coordenadores do Sindjus-DF pleitearam junto ao DG do STF, Eduardo Toledo, a importância da instalação da Comissão Permanente de Carreira para a categoria,

medida essa considerada urgente e fundamental. Na oportunidade foi entregue documento reiterando formalmente solicitação apresentada anteriormente para a instalação da Comissão.

Nesta audiência o DG informou da disposição efetiva por parte do Presidente do STF a respeito da implementação da Comissão e que a ideia seria levar o Fórum de discussão para o CNJ, considerado mais adequado pelo ministro Dias Toffoli.

No dia 10/12/2019, o Sindjus-DF, juntamente com a Fe-najufe, Agepoljus e Anatecjus, reuniu-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, para tratar de vários temas, inclusive da criação da comissão de carreira. Toffoli informou que a Comissão seria formada, cuja instalação

deveria ocorrer somente por volta do mês de fevereiro de 2020, em razão dos trâmites administrativos.

No dia 6 de março de 2020, em reunião exclusiva com o Sindjus-DF, o DG do STF, Eduardo Toledo, diante da cobrança do Sindicato sobre o tema, informou aos dirigentes que estavam sendo ultimados os detalhes finais para a expedição da Portaria de criação da Comissão de Carreira junto ao CNJ.

Finalmente, no dia 31 de julho de 2020, o CNJ publicou a portaria Nº 119, de 29 de julho, instituindo a comissão do Fórum Permanente de Carreira, em atendimento à reivindicação da categoria e de suas entidades representativas, dentre elas o Sindjus-DF.

Sindjus-DF e outras entidades se reúnem com PGR para discutir a pauta da categoria

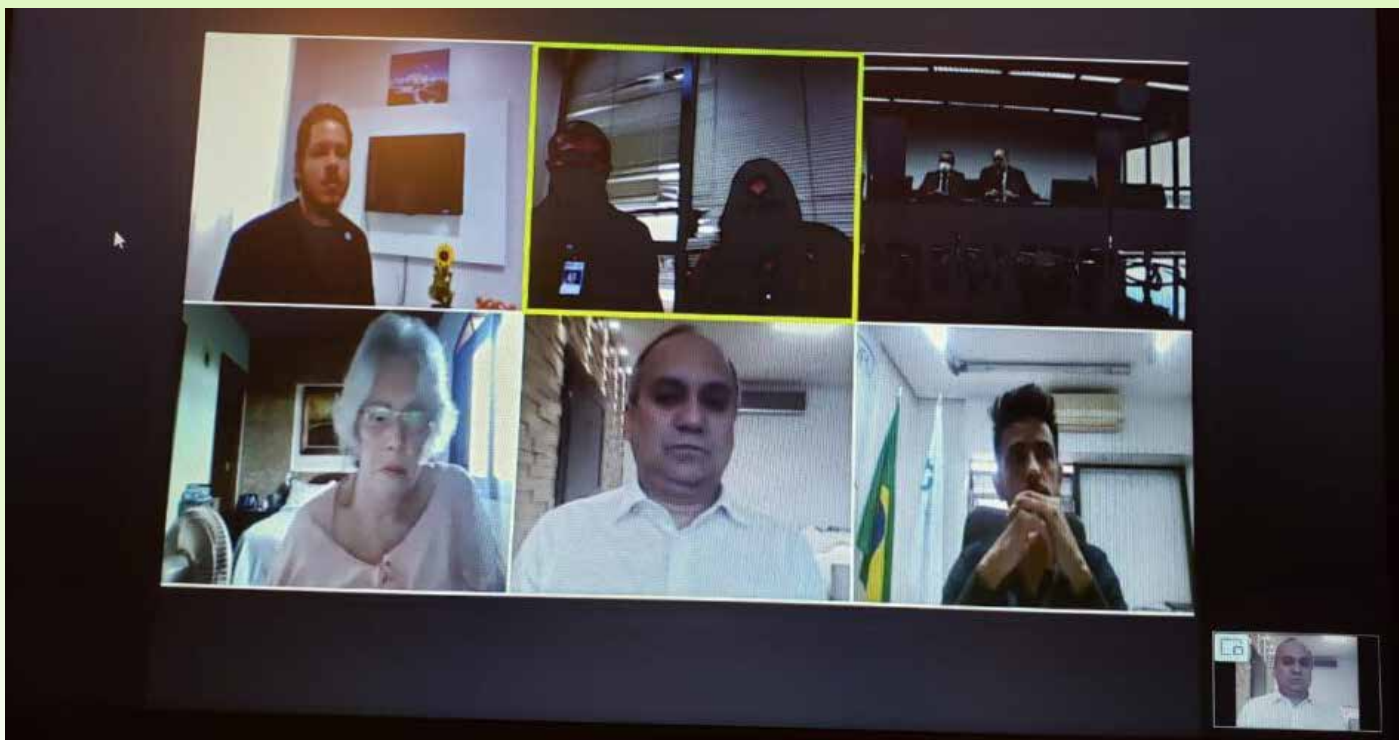
Por meio de reunião virtual, o Sindjus-DF e outras entidades se reuniram, no dia 7 de agosto, com o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, para tratar de temas referentes à pauta da categoria no MPU, tais como: recomposição salarial, GAMPU no vencimento, Carreira Típica de Estado, Plan-Assiste, retorno ao trabalho presencial, teletrabalho, comissão de carreira, direito de advogar, NS para Técnicos, licença capacitação e cursos à distância, adicional de penosidade e pagamento de gratificação por acumulação de ofícios (Geco).

Os dirigentes destacaram a importância de colocar novamente em funcionamento as comissões que tratam das carreiras de servidores e que estão paradas desde 2019. O PGR solicitou à Secretaria-Geral Adjunta que verifique e viabilize o reestabelecimento das comissões. Durante a reunião, o novo Secretário-Geral Adjunto, Dr. Maurício Andreiuolo, se apresentou, colocou-se à disposição do debate e ficou estabelecido que as entidades se reunirão periodicamente com a Secretaria-Geral do MPU para debater as questões atinentes aos servidores.

Em relação ao compromisso assumido no ano passado de viabilizar o envio de Projeto de Lei para a recomposição inflacionária dos servidores, o PGR disse que mantém o compromisso e sugeriu que seja estudado em conjunto a melhor forma de tratar o tema, porém, afirmou que precisa seguir os limites estabelecidos na LRF e na EC 95/16.

Com relação ao retorno ao trabalho presencial, as entidades defenderam a manutenção por tempo indeterminado do teletrabalho, a fim de preservar a vida dos servidores, solicitando que o PGR reconsidere a decisão. No entanto, Augusto Aras explicou que algumas áreas da administração estão encontrando dificuldade para realizar suas atribuições e solicitou que as entidades analisem a construção de soluções que permitam o trabalho remoto.

No que se refere ao programa de saúde Plan-Assiste, o PGR informou que na sua gestão já foram destinados mais de R\$ 50 milhões para cobrir saldo deficitário do plano, e que até o fim do ano ainda estão previstos novos apar-



tes na ordem de 48 milhões, mas frisou que isso será insuficiente se os déficits continuarem. Uma vez que os servidores conquistaram assento no Conselho Gestor do Plan-Assiste, as entidades apontaram que há situações críticas a serem resolvidas e que a implementação de melhorias e Boas práticas pode trazer economia ao plano. O PGR agradeceu e disse querer continuar contando com a colaboração das associações e sindicatos em relação ao Plan-Assiste.

As entidades externaram sua preocupação com a Reforma Administrativa e com a desvalorização das carreiras do MPU, solicitando que o PGR atue em defesa dos servidores e do fortalecimento da carreira. O PGR informou que precisa estudar mais o assunto, ficando de tratar desse tema no próximo encontro.

Para o coordenador-geral do Sindjus-DF: "essa reunião tem muito significado e importância no momento em que mantém a interlocução das entidades com o Procurador-Geral da República, permitindo a discussão dos temas relevantes para o conjunto dos servidores do MPU e a busca conjunta de soluções para as diversas deman-

das, representando também um avanço em face do compromisso já manifestado de realização de reuniões periódicas das entidades com a Secretaria-Geral, para tratar com a devida atenção cada tópico apresentado."

Além do Sindjus-DF, representado pelo Coordenador-geral Costa Neto e pela Coordenadora de Comunicação Suely Masala, também participaram da reunião a ASMPF, a ASEMPT, a ASMIP e o SindMPU.



PGR acata pedido do Sindjus-DF em defesa dos aposentados e pensionistas e suspende recadastramento anual

Em atendimento ao Ofício 1122/2020, do Sindjus-DF, a PGR suspendeu o recadastramento anual de membros e servidores aposentados e pensionistas do Ministério Público Federal. Segundo a Portaria PGR/MPF 665, de 07 de agosto, a suspensão se dará enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia de Covid-19. Aposentados e pensionistas podem ficar tranquilos, pois os pagamentos acontecerão normalmente.

“O teor dessa portaria é muito importante para fortalecer a prevenção ao contágio do coronavírus e proteção à saúde dos servidores, magistrados e membros aposentados, uma vez que a situação da pandemia ainda é crítica. A vacina ainda não é uma realidade e os números de novos casos e óbitos são estarrecedores. Portanto, o Sindjus-DF realça a decisão da PGR no atendimento deste pleito tão importante para os aposentados e pensionistas e reforça a necessidade de todos tomarem as devidas medidas de proteção e prevenção no enfrentamento do coronavírus”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.



Sindjus-DF divulga destaques da pauta semanal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal



O Sindjus-DF divulga a agenda da semana legislativa, cujos trabalhos começam nesta segunda-feira (10/8) na Câmara e no Senado, informando os destaques da pauta que poderão ser apreciados nos próximos dias. O foco da nossa atuação é, sem

dúvida alguma, as matérias que impactam os servidores públicos, em especial os do Poder Judiciário e do MPU, no entanto, estamos atentos, por meio de nossa assessoria (Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical) a tudo o que acontecer no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, o Plenário poderá apreciar a Medida Provisória (MP) 951/2020, que estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital. Além disso, poderão deliberar o Projeto de Lei (PL) 6229/2005, sobre recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária; e também o PL 4749/2016, que tipifica a conduta do parente da vítima, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente.

No Senado Federal, os líderes partidários deverão se reunir para definir as prioridades de votação ao longo da semana.

No Congresso Nacional, a Comissão Mista da Reforma Tributária promoverá audiência pública com o Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e DF, Rafael Fonteles. Além disso, poderá ser convocada sessão para apreciação de vetos presidenciais, cabendo destacar os vetos ao auxílio financeiro aos estados e que torna os serviços de advogados e de contabilidade de natureza singular.

PL 1328/2020

Em relação ao PL 1328/20, que está oficialmente tramitando na Câmara dos Deputados e trata da suspensão por 120 dias dos descontos referentes a empréstimos consignados na folha de servidores ativos e aposentados, quatro requerimentos foram apresentados e aguardam apreciação:

No dia 04 de agosto, foi apresentado o Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2052/2020 pelo Deputado Mauro Nazif (PSB/RO) e outros, requerendo regime de urgência na apreciação do projeto.

No dia 05 de agosto, o deputado José Guimarães (PT/CE), apresentou o requerimento n. 2080/2020, Requerendo a apensação do PL 987/2020 ao PL 1328/2020 por tratarem de proposições regulando a mesma matéria.

No dia 06 de agosto, houve apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 154, II, do RICD) n. 2097/2020, pela Deputada Angela Amin (PP/SC) e outros, requerendo regime de urgência à referida matéria.

No dia 07 de agosto o deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), por meio do Requerimento n. 2106/2020, requereu a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1328/2020.

“O Sindjus-DF, nesta semana, dá continuidade ao trabalho de articulação junto aos deputados visando a célere aprovação deste projeto conforme texto aprovado no Senado Federal, que contempla servidores ativos e aposentados com essa suspensão temporária dos descontos, e que vai aliviar a situação financeira de muitos colegas que estão tendo despesas extras em razão dos transtornos causados pela pandemia. Estamos atuando com outras entidades parceiras, como Sindilegis e Fonacate, para convencer os deputados da importância desta matéria não só para os servidores, mas para a sociedade e economia brasileira”, afirmou o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto.





No Dia do Advogado, Sindjus-DF parabeniza esses profissionais e luta pelo direito de advogar dos servidores do PJU e MPU

Os advogados são essenciais à administração da justiça e à manutenção do Estado Democrático de Direito, atuando como defensores dos princípios e das garantias fundamentais da Constituição.

No dia 11 de agosto, celebramos no Brasil o Dia do Advogado. O Sindjus-DF parabeniza e homenageia esses profissionais que trabalham em defesa da Justiça e da Lei e fazem parte do dia a dia do Poder Judiciário e do MPU.

Por que 11 de agosto?

A data é em alusão à criação das duas primeiras faculdades de Direito no país, que aconteceu no ano de 1827. Naquele onze de agosto, D. Pedro I decretou a criação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na cidade de São Paulo, e a Faculdade de Direito de Olinda, em Pernambuco.

Parabéns aos servidores bacharéis em direito

O Sindjus-DF parabeniza, de forma especial, os servidores do Poder Judiciário e do MPU que são bacharéis em Direito. Além do conhecimento ser fundamental para o exercício de suas atribuições no serviço público, muitos servidores têm paixão pela Advocacia, de modo que o Sindicato luta para que eles tenham o direito de advogar.

“Trata-se de uma luta antiga do Sindjus-DF, que tem ga-

nhado corpo e conquistado apoios importantes. Inclusive, o Sindicato batalha para que o tema seja discutido de forma séria e aprovado pelo Fórum de Carreira criado recentemente pelo CNJ. Muitos projetos dessa natureza já foram apresentados no Congresso Nacional, mas não prosperaram por falta de vontade política.

Precisamos angariar o apoio do STF, dos tribunais superiores, do TJDF, dos Conselhos Superiores e da PGR para conseguirmos transformar esse pleito em realidade, fazendo justiça aos analistas e demais servidores bacharéis em direito e que possuem OAB, e enriquecendo ainda mais a Advocacia brasileira”, afirmou Costa Neto.

Escritórios de Advocacia que atuam em defesa da categoria

O Sindjus-DF também presta sua homenagem a todos os escritórios de advocacia que têm atuado ao lado dos servidores e em defesa da nossa categoria, em especial ao escritório Ibaneis Advogados Associados, que tem acompanhado as demandas do Sindicato e angariado muitas vitórias para a categoria, seja de forma coletiva ou individual, já que filiados têm direito a ações particulares e a um atendimento personalizado com um dos melhores escritórios do País. Esse escritório atuou juntamente com a atual Diretoria na conquista dos Quintos e do RRA. Um trabalho conjunto de sucesso que merece respeito e aplausos.

Sindjus-DF e outras entidades lançam abaixo-assinado virtual em prol do direito de advogar aos servidores do PJU e MPU

Um número considerável de servidores da nossa categoria são bacharéis em Direito e até possuem inscrição na OAB, mas são impedidos de advogar em razão da legislação atual. Para mudar essa realidade e corrigir essa injustiça, o Sindjus-DF, em conjunto com o Sintrajufe-CE, Sindjufe-TO, Sinpojufes e Sinje-CE, promove um abaixo-assinado virtual, que conta com a sua assinatura (Acesse AQUI para assinar).

O lançamento desta petição eletrônica virtual se dá simbolicamente no Dia do Advogado (11/8/2020), pois temos a honra de participar de uma categoria onde muitos colegas são advogados e merecem conquistar o direito de advogar.

O abaixo-assinado luta pela flexibilização da atual vedação, que é total, de modo que os servidores possam advogar, exceto na esfera do Judiciário e do MPU em que exercem atividade laborativa, assim como acontece em

relação a servidores, procuradores e advogados públicos dos poderes Executivo e Legislativo, auditores e servidores dos tribunais de contas e juízes eleitorais da classe de advogados.

A nossa luta, portanto, é por isonomia.

O abaixo-assinado virtual, que é justo e legítimo, é dirigido ao STF e demais tribunais superiores, bem como ao TJDF, Conselhos Superiores, PGR e ramos do MPU, no sentido de que essas administrações se empenhem na legalização do direito de advogar aos servidores do PJU e MPU.

Independentemente se você é bacharel em Direito e possui registro na OAB, some-se a essa luta, que fortalece e engrandece a nossa categoria. Assine a petição e espalhe essa ideia para seus colegas, pois o apoio de todos é fundamental.

**Assine abaixo-assinado
promovido pelo Sindjus-DF
em defesa do direito de advogar
aos servidores do PJU/MPU**



Além de questões ligadas à carreira, Sindjus-DF vai lutar para que o Fórum do CNJ discuta novo reajuste salarial para nossa categoria

CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O CNJ atendeu a uma antiga reivindicação do Sindjus-DF ao criar o Fórum Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do PJU por meio da Portaria 119/2020. O Sindicato acredita que além de pontos importantes relacionados a nossa carreira, esse espaço precisa discutir a questão salarial da nossa categoria, cujos vencimentos estão muito defasados.

Segundo o economista Washington Luiz Moura Lima a defasagem salarial dos servidores do Poder Judiciário e do MPU, no período compreendido entre junho de 2006 a 1º de março de 2020, é da ordem de 49,55%, percentual esse necessário para recompor nossas perdas salariais desde junho de 2006 (data em que foi aprovado o PCS III).

Nosso último reajuste foi aprovado em 2016, após a maior greve da nossa história, e, embora tenha amenizado a situação, não recompôs as perdas acumuladas. Importante lembrar que em razão de não termos conseguido, por muito pouco, derrubar o Veto 26, nosso reajuste não foi o ideal.

O fato é que o confisco salarial das novas alíquotas previdenciárias implantado pela última Reforma da Previdência piorou em muito a situação de uma categoria que perdeu grande parte de seu poder de compra ao longo dos últimos anos e está com boa parte de sua renda comprometida por consignados.

É sabido que o atual governo congelou reajustes por 18 meses, mas precisamos aprovar nosso novo plano e pressionar o Congresso Nacional, pois quando os reajustes forem liberados haverá uma fila imensa de pleitos.

É urgente, portanto, a discussão do nosso reajuste salarial e nada mais apropriado que ela seja feita nesta nova comissão, da qual o Sindjus-DF estará presente e vai se manifestar com protagonismo na defesa intransigente da categoria.

Além da questão salarial, que tem que ser discutida em caráter de urgência urgentíssima em razão dessa defasagem de praticamente 50%, o Sindjus-DF quer defender no Fórum do CNJ, os seguintes pontos entre outros:

ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA

O Sindjus-DF é defensor do direito de advogar aos servidores do Poder Judiciário e do MPU, tanto que lançou recentemente, em conjunto com outras entidades, uma petição eletrônica sobre o tema. Embora o Sindicato esteja articulando o fim dessa vedação total no Congresso Nacional, é fundamental o envolvimento do STF, dos demais tribunais superiores, conselhos superiores, TJDFT e PGR, bem como os demais ramos do MPU, para que os

servidores que possuem formação em Direito e registro na OAB possam advogar. Além do direito de advogar, iremos defender também o direito dos bacharéis em outros ramos de formação de exercerem atividades afetas à sua área fora do serviço público, de modo que essa vedação também seja revista, em atenção ao princípio da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

Nossa luta também é para que nossa carreira se torne uma carreira típica de estado.

TÉCNICO JUDICIÁRIO

O Sindjus-DF entende que o NS já foi exaustivamente discutido e deliberado na categoria, e devidamente aprovado na comissão anterior, de modo que essa matéria deve ser encaminhada direto para o plenário do CNJ para que aprove seu envio ao Congresso Nacional na forma de projeto de lei. Não há espaço, portanto, para rediscussão.

AGENTE DE SEGURANÇA

O Sindjus-DF, juntamente com a Agepoljus, tem sido um dos principais defensores e articuladores da Polícia Institucional do Poder Judiciário, compreendendo a necessidade e a urgência deste pleito ser atendido. No TJDF, por exemplo, várias pessoas condenadas foram presas e encaminhadas ao cárcere pelos agentes de segurança do tribunal. Portanto, é fundamental que os agentes de segurança tenham direito a essa profissionalização das atribuições que já executam diariamente, sendo protagonistas da Polícia Institucional do Poder Judiciário, reconhecidos e valorizados. Além disso, temos demandas como o porte de arma, GAS na aposentadoria e cumulação da GAS com FC que devem receber a devida atenção do Fórum.

AUXILIAR JUDICIÁRIO

O Sindjus-DF vai lutar para que o Fórum Permanente de Carreira do CNJ envie projeto de lei ao Congresso Nacional, em separado, para fazer justiça ao reenquadramento dos auxiliares remanescentes. Nacionalmente, são poucos os auxiliares nessa condição de completa injustiça, que por não terem sido contemplados no último PCS estão tendo sérios prejuízos, inclusive, de ordem financeira. Essa situação é injusta, pois esses auxiliares remanescentes têm as mesmas atribuições daqueles colegas que foram enquadrados como técnicos por meio da Lei n. 12774/2012, mas que deixou de fora uma pequena parcela de auxiliares que aguardam ansiosamente pela correção dessa injustiça.

Para Costa Neto, Coordenador-geral do Sindjus-DF, "esse é o momento de se trabalhar com muita incisividade a aprovação da recomposição salarial, a defesa e fortalecimento da nossa carreira, incluídas aí as demandas gerais e as específicas de cada segmento, bem como temas de suma importância e interesse de todos, como a pandemia, teletrabalho, saúde do servidor, planos de autogestão, dentre outros."

"Além do urgente e necessário reajuste salarial, precisamos atuar também para aprovar muitas questões que não possuem impacto financeiro, mas que tem o condão de trazer valorização, reconhecimento e afastar injustiças, fazendo diferença na nossa carreira," finalizou Costa Neto.



Artigo: “Serviço público: custo ou investimento?”

O Sindjus-DF reproduz abaixo o artigo “Serviço público: custo ou investimento?” publicado originalmente nesta quinta-feira (13/08), no jornal Correio Braziliense, de autoria de Mardônio Sarmiento, que é diretor do Sindicato dos Funcionários do Banco Central. Trata-se de um texto crítico à onda de ataques que os serviços públicos têm sofrido nos últimos tempos, defendendo a valorização dos servidores. Na visão dele o Estado é uma fantástica organização de prestação de serviços ao público, de modo que é natural que se invista no capital humano para garantir uma prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos. Vale a pena ler.

“Coerente com a visão de que investir e remunerar bem servidores para prestar serviços públicos de qualidade representam a finalidade do Estado, que é servir à população, o Sindjus-DF vem combatendo sistematicamente o discurso de que servidores são privilegiados e demonstrando o quanto o seu trabalho é fundamental para o desenvolvimento do

País e a construção de uma sociedade mais justa. O caminho a ser seguido não passa pelo desmonte do serviço público brasileiro, tampouco pelo seu aparelhamento político, mas pelo reconhecimento de sua importância e sua devida valorização. Não se trata de privilégios, mas de respeitar e fazer justiça aos servidores”, afirmou o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto.

Serviço público: custo ou investimento?

“Salários altos, condições diferenciadas de trabalho, benefícios extras são usados para atrair e reter o capital humano das organizações. Não são privilégios. Significam a justa contrapartida pela entrega de competências nobres ao empreendimento”

Com base em falácias e sofismas, mentiras sobre o serviço público têm sido divulgadas pelos que se intitulam salva-



dores do país. A propósito, é importante diferenciar custo de investimento no que concerne à mobilização e manutenção da força de trabalho por parte de qualquer organização. No caso, o Estado brasileiro. É sabido que organizações prestadoras de serviços têm na força de trabalho um fator de produção vital para o sucesso.

Salvo quando automação e cibernética minimizam em termos quantitativos o contingente, a aplicação de recursos financeiros no fator é a de maior vulto. Mesmo nesses casos, é de grande importância dado o valor que pessoas altamente qualificadas alcançam no mercado de trabalho. Salários altos, condições diferenciadas de trabalho, benefícios extras são usados para atrair e reter o capital humano das organizações. Não são privilégios. Significam a justa contrapartida pela entrega de competências nobres ao empreendimento.

No serviço público ocorre da mesma forma. O percentual representado pelo dispêndio com a força de trabalho, que podemos chamar de capital humano do Estado, é naturalmente expressivo, constituindo-se assim o maior compromisso financeiro no bojo da destinação dos recursos disponíveis. Afinal, o que é um Estado senão uma fantástica organização de prestação de serviços? Serviços ao público. Nada mais natural que se invista para manter o capital humano bem dimensionado e motivado e garantir a missão de prestar serviços públicos de qualidade aos cidadãos, seus clientes, e, em última hipótese, os acionistas do Estado.

Como tratar os recursos financeiros alocados em orçamento à manutenção da força de trabalho como mero custo a ser minimizado, cortado e aviltado? Não é custo, é investimento. E dos mais nobres. É essencial. Trata-se do maior aliado do sucesso organizacional. Se bem tratado, respeitado e desenvolvido, claro. Se um dia o servidor puder ser substituído por robôs, como será tratado o dispêndio para mantê-los à disposição do Estado? Como custo ou como investimento em máquinas, equipamentos e tecnologia? Robôs ainda não são empáticos. Só humanos de qualidade

podem prestar serviços ao público. Não se deve tratar o ser humano com menor importância do que máquinas.

Organizações de porte que prestam serviços recrutam, selecionam e procuram manter o que encontram de melhor no mercado em termos de força de trabalho para, com isso, garantir o sucesso. Nossos governantes, ao contrário, não poupam esforços em demonizar, desqualificar e, consequentemente, desmotivar a força de trabalho do Estado. Em lugar de se aplicarem em gerir bem a coisa pública, cuidam de amesquinhar o aparato estatal. Se há problema de produtividade, qualidade, acomodação, isso não acontece com a maioria dos servidores.

A convivência com a pandemia da covid-19 o tem demonstrado. O problema do serviço público é muito mais de gestão do que de formação da força de trabalho — patrimonialismo, desvio de finalidade, leniência, corrupção. Os gestores, principalmente de nível estratégico, que deveriam orientar a gestão do Estado, em grande número não são servidores públicos concursados. São membros de grupos políticos que, a cada eleição, aparelham e procuram dominar as estruturas do serviço público, nem sempre para servir a população, mas para servir aos interesses patrimoniais ou ideológicos que de fato representam.

Dessa parcela, os políticos não abrem mão. Não aceitam conviver com um Estado operado por servidores públicos profissionais, com autoestima elevada, que se sintam seguros na função pública para policiar as tentativas de desmandos de orientação ideológica ou corrupta (às vezes, as duas coisas). Daí cunham os chavões descabidos e mal-intencionados de privilegiados, parasitas, inimigos, preguiçosos e outros tantos para encurralar os servidores, amesquinhá-los e mobilizar a opinião pública contra eles a fim de poder destruir o capital humano do Estado e assim dominá-lo para usar a seu serviço, não da sociedade. Dispêndio com capital humano é investimento, não custo a ser minimizado ou desperdício de recursos.

Mardônio Sarmiento é Diretor de Relacionamento com Filiado do Sindicato dos Funcionários do Banco Central em Brasília, foi chefe do Departamento de Gestão de Pessoas do Banco Central do Brasil